

A Experiência do Ensino EaD em uma pós-graduação de Segurança Pública, Justiça e Cidadania: Ampliação do Acesso à Formação Acadêmica, Pensamento Crítico e Cidadania Laboral

The Experience of Distance Education in a Postgraduate Program on Public Security, Justice, and Citizenship: Expanding Access to Academic Training, Critical Thinking, and Labor Citizenship

Ana Angélica Martins da Trindade¹

Ivone Freire Costa²

Agnes Bezerra Freire de Carvalho³

Anderson Souza Silva⁴

Raylan Almeida Oliveira⁵

RESUMO

O presente texto apresenta a experiência de implantação do curso de especialização em Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas, realizado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos e Formação em Segurança

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia (2015). Docente e pesquisadora vinculada ao Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina (FMB/UFBA) e do Programa de Pós-Graduação Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT/FMB/UFBA), do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU/UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (PROGRSP/UFBA). Realiza estudos e pesquisas na área das Ciências Sociais e Saúde, com ênfase na relação entre trabalho, justiça ambiental e governança regional.

² Possui graduação em Bacharelado em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia (1974), mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (1990) e doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa (2003). Atualmente é professora titular da Universidade Federal da Bahia e coordena o Centro Interdisciplinar de Estudos e Formação em Segurança Pública (CIGESP/UFBA).

³ Doutora e Mestre em Administração (UFBA), Especialista em Docência do Ensino Superior (Universidade Salvador), Relações Públicas (Universidade católica do Salvador) e Educomunicadora. É docente de cursos de graduação e pós-graduação na área de Comunicação, Educação e Tecnologias.

⁴ Mestrando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia FFCH/UFBA, com ênfase em Política, e licenciado em Ciências Sociais/Sociologia pela mesma instituição (2019).

⁵ Bacharel em Saúde pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA). Graduando em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia (FMB/UFBA).

Pública (Cigesp). De abrangência nacional, a iniciativa busca inovar na formação de agentes de segurança pública por meio da Educação à Distância (EaD), promovendo a segurança cidadã e superando modelos repressivos e militarizados. O curso visa formar profissionais capazes de refletir sobre estruturas institucionais e vulnerabilidades, em defesa do Estado Democrático de Direito. O planejamento e implantação, iniciados em março de 2025 no âmbito da Renaes, fundamentaram-se em abordagens interseccionais e interdisciplinares para compreender processos de vulnerabilização. A equipe de execução incluiu docentes/pesquisadores da UFBA e mediadores diversificados. Pedagogicamente, o modelo combinou práticas síncronas e assíncronas, com metodologias ativas e mediação adaptada às especificidades da EaD. Os resultados destacam a relevância da gestão compartilhada entre instituições de ensino e organizações de justiça, ampliando o acesso de agentes a espaços de produção de conhecimento. A diversidade e inclusão na seleção de estudantes e mediadores foram reforçadas, e os trabalhos de conclusão indicam produção de materiais técnicos úteis para atualização de políticas públicas de segurança. A experiência evidencia a necessidade de aprimorar comunicação, suporte técnico e práticas de monitoramento, além de investir na formação continuada de docentes e mediadores. Ao estimular reflexão sobre cidadania e ética profissional, o curso contribui para a consolidação de valores democráticos e aponta caminhos para maior proteção da população.

Palavras-chave: vulnerabilidade; segurança cidadã; Educação à Distância.

ABSTRACT

This paper presents the experience of implementing the specialization course in Protection of Vulnerabilized People, offered by the Interdisciplinary Center for Studies and Training in Public Security (CIGESP). With a nationwide scope, the initiative seeks to innovate the training of public security agents through Distance Education (EaD), promoting citizen security and overcoming repressive and militarized models. The course aims to prepare professionals capable of reflecting on institutional structures and vulnerabilities in defense of the Democratic Rule of Law. Planning and implementation, initiated in March 2025 within the scope of RENAESP, were based on intersectional and interdisciplinary approaches to understand processes of vulnerability. The implementation team included UFBA faculty/researchers and diverse mediators. Pedagogically, the model combined synchronous and asynchronous activities, active methodologies, and mediation adapted to the specifics of distance learning. The results highlight the relevance of shared management between educational institutions and justice

organizations, expanding agents' access to knowledge production spaces. Diversity and inclusion in student and mediator selection were strengthened, and final projects produced technical materials useful for updating public security policies. The experience underscores the need to improve communication, technical support, and monitoring practices, as well as to invest in the continuous training of faculty and mediators. By fostering reflection on citizenship and professional ethics, the course contributes to consolidating democratic values and points toward greater protection for the population.

Keywords: vulnerability; citizen security; Distance Education.

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar a experiência de implantação do curso de especialização em Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas, ofertado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) por meio da Escola de Administração (EAUFBA) e do Centro Interdisciplinar de Estudos e Formação em Segurança Pública (Cigesp), em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A iniciativa representa um importante avanço da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) no âmbito da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Aponta para os desafios enfrentados pelas ferramentas pedagógicas e metodológicas do Ensino à Distância (EaD), com possibilidades de facilitação dos processos de aprendizagem de trabalhadores(as) da segurança pública em termos de formação acadêmica. Trata-se de uma iniciativa de abrangência nacional, capaz de promover a formação de redes de compartilhamento de diversas realidades nacionais e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de pensar coletivamente com profissionais do setor sobre a organização e as rotinas de trabalho, marcadas por jornadas exaustivas e desgastantes, física e emocionalmente, com o peso de garantir a dignidade à sociedade como um todo e às pessoas vulnerabilizadas, em particular. Segundo Minayo (2006), agentes da segurança pública enfrentam e podem reproduzir a agressividade das violências cotidianas que afetam a vida social.

Instituições de ensino superior brasileiras há mais de 20 anos reforçam compromissos com a inovação da educação de agentes da segurança pública. Parcerias com as organizações do sistema de justiça permitem abordagens à cidadania, baseadas em saberes e práticas diversas e exigem habilidades e competências, capazes de ressignificar

a política pública de segurança a partir de valores democráticos e diversidades. A formação da Renaesp, desde 2003, organiza cursos de pós-graduação lato sensu, com resultados que podem apontar para a superação de um modelo social de repressão e de ações militarizadas no país.

Em atenção à Matriz Curricular Nacional (2003), estudos, pesquisas e ações, emergentes da cooperação técnica em questão, focam na valorização de estratégias de proteção aos direitos humanos, sem deixar de lado os(as) agentes de segurança pública. Compreender o chamado *ethos* institucional do Estado brasileiro necessita incluir seus agentes e modificar trajetórias profissionais em defesa do Estado Democrático de Direito (Lima, 2003).

O curso em pauta convida a refletir sobre estruturas institucionais de formação acadêmica, ideias, métodos e as vivências de profissionais da segurança pública ao nível de uma pós-graduação na UFBA, voltada para o tema das vulnerabilidades em tempos da necessidade de revisão da política pública de segurança com vistas ao enfrentamento de intensificação da violência e da violação de direitos de cidadania, inclusive em termos de cidadania laboral desses(as) profissionais.

2 PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO CURSO: ESFORÇOS DA RENAESP E DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, NOÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, VULNERABILIDADES E DIVERSIDADE

A trajetória histórica institucional da UFBA, em relação à implementação da política de valorização e capacitação dos profissionais da segurança pública, insere-se, nos espaços institucionalizados da Senasp do MJSP. O planejamento e a implantação do Curso de Especialização em Proteção às Pessoas Vulnerabilizadas iniciaram-se em março de 2025, no âmbito da Renaesp, sendo ofertadas 200 (duzentas) vagas para profissionais da segurança pública de todo o país. Para a definição de conteúdo e atividades, partiu-se da proteção dos direitos humanos de pessoas vulnerabilizadas no sentido da reparação aos efeitos da permanência de desigualdades históricas e sociais acompanhadas de crises econômicas, políticas, sanitárias, climáticas. Além da necessidade de reconhecer e compreender as práticas cotidianas de preconceitos, discriminações, racismos, sexismos e capacitismos contra determinados grupos vulnerabilizados.

Por sua vez, o entendimento da segurança pública relacionou-se à justiça social com perspectivas de quebra de paradigmas na construção de políticas públicas da noção de repressão para prevenção e construção de uma cultura da paz no país, articulada à cidadania, em total acordo com os princípios do federalismo democrático. Assim, o curso de Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas fundamentou-se em aportes teórico-metodológicos para a compreensão de processos sociais de vulnerabilizações a partir de abordagens interseccionais e interdisciplinares que favorecem à integridade humana (Fiocruz, 2024).

Desta forma, o curso de Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas se compromete com o que se convencionou denominar de segurança cidadã, paradigma que se propõe superar as insuficiências da segurança pública tradicional, especialmente na prevalência do seu aspecto repressivo.

A segurança pública tradicional foca prioritariamente na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio contra possíveis ameaças, geralmente, pela mobilização das forças policiais para atuarem repressivamente. Na América Latina, contudo, desde a década de 1990, tal paradigma vem sendo questionado e substituído, gradativamente, pelo modelo da segurança cidadã (Leeds, 2013). Apesar de amplos esforços de grupos de direitos humanos, acadêmicos e sociedade civil, o modelo de segurança cidadã ainda não se constitui como paradigma, no sentido técnico conferido ao termo, isto é, como quadro de referência e orientação de conduta, na medida em que sofre com entraves profundamente enraizados na sociedade brasileira, especialmente dentro das organizações de segurança pública.

Neste sentido, o curso de Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas soma-se aos esforços da Renaesp em construir um paradigma alternativo, em que as corporações policiais passem a figurar, não como meros baluartes do *status quo* ou *guerreiros espetacularizados*, mas como profissionais especializados, munidos do conhecimento técnico científico e de formação humanística necessários para lidar com os desafios, cada vez mais complexos, da promoção da segurança pública.

Para Ricardo Balestreri (2010), a Renaesp é “o maior programa de educação de operadores de segurança pública do mundo” e seu diferencial consiste em ser uma política educacional que enxerga o profissional de segurança pública não somente como técnico, mas

também como humanista, como “protagonista da transformação social” que deve representar, junto à população, sobretudo a mais carente, uma fonte de orientação e suporte em momentos dramáticos. Assim, o curso qualifica essa demanda ao acrescentar a sensibilidade por segmentos da população em condições de vulnerabilidade, fortalecendo a noção do policial como uma profissão de cuidado, aspecto ainda negligenciado na condução das políticas públicas no Brasil.

Da discussão exposta, podemos definir a segurança cidadã enquanto um modo de se fazer política de segurança que coloca o cidadão no centro da atenção do Estado, aliando a busca pela promoção da cidadania e pela convivência pacífica aos objetivos tradicionais de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Uma de suas características principais é a valorização das particularidades sociais da localidade em que as funções de segurança são exercidas, acompanhadas, inclusive, pelo reconhecimento da necessidade de construção de consenso, visando obter apoio da comunidade para cooperação, o que pode resultar em benefícios, como a viabilização do acesso à justiça, o compartilhamento de informações cruciais para reduzir os fatores de vulnerabilidade, risco e para resolver problemas de insegurança que afetam a localidade. Essa aproximação do serviço de segurança com o cidadão parte do pressuposto de que a criminalidade, a violência e os transtornos da ordem pública originam-se de uma multiplicidade de fatores, muitas vezes imperceptíveis de um olhar distante. Assim, esse olhar particularista e relativista afasta-se das concepções que definem a segurança, exclusivamente, pela ótica da criminalidade e do delito, para aproximar-se de uma visão plural e dialógica, em conformidade com os princípios do Estado democrático de direito.

O enfoque no cidadão é necessário para atender a necessidade de um modelo de segurança eficaz, humanizado e compatível com o compromisso com a cidadania estabelecido pela Constituição de 1988, sobretudo diante do legado autoritário herdado da ditadura militar. Neste período, vigorou no Brasil o paradigma da segurança nacional (Freire, 2009) para o qual havia interesses nacionais, definidos, contudo, de forma autocrática, constantemente ameaçados por indivíduos e grupos subversivos, tratados como inimigos públicos, que deveriam ser eliminados, uma vez que representavam uma ameaça à soberania nacional e à normalidade institucional. Na prática, a política de segurança nacional perseguiu opositores da ditadura militar,

trazendo, para dentro do país, a lógica do amigo-inimigo, típica das situações de guerra, influente, ainda hoje, sobre o *modus operandi* das forças policiais brasileiras.

O conceito de segurança cidadã ergue-se contra essa tradição autoritária que perpassa a política de segurança, de sua formulação, a qual, equivocadamente, visa satisfazer a demanda social pela violência policial (Miraglia, 2017), até a implementação, frequentemente em desacordo com os direitos humanos. Enquanto um modelo institucional, a segurança cidadã investe em uma atuação policial estratégica, no sentido de valorizar a prevenção à repressão; intersetorial, na medida em que compreende que a polícia não é a única instituição responsável pela segurança pública; e cooperativa, por buscar parcerias na comunidade dentro da qual os serviços de segurança são oferecidos, como organizações da sociedade civil, conselhos de bairros, associações de moradores, ONGs, etc. Estratégia, intersectorialidade e cooperação somam-se, portanto, para fortalecer o caráter coletivo da segurança, preconizado no art. 144 da Constituição Federal.

É nesse sentido que a universidade aparece como um recurso indispensável. Para além dos três pilares básicos — ensino, pesquisa e extensão —, a universidade tem como missão promover mudanças de paradigmas da sociedade a partir de reflexões aprofundadas e críticas (Freire, 2009). Assim, pode contribuir para o desenvolvimento da segurança cidadã, expandindo a oferta de oportunidades de acesso aos profissionais de segurança pública a uma formação pós-graduada qualificada e ao incentivo para que eles participem do desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a área, o que pode ocasionar em melhorias nos padrões de relacionamento entre polícia e sociedade, no caso deste curso, qualificando a relação entre policiais e segmentos populacionais vulnerabilizados. Essa possibilidade significa um diálogo intersectorial entre universidade, instituições de segurança pública e sociedade civil, além do incentivo à formação de quadros estratégicos dentro das forças, com a capacidade de analisar, formular, implementar e avaliar ações integradas na área de segurança e justiça, o que, por sua vez, também qualifica as iniciativas de cooperação.

O curso de Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas fundamentou-se em aportes teórico-metodológicos para a compreensão de processos sociais de vulnerabilizações a partir de abordagens interseccionais e interdisciplinares que favorecem à integridade humana (Fiocruz, 2024).

Em termos de diversidades, as pessoas vulnerabilizadas foram consideradas a partir da raça/etnia, religião, identidade de gênero, faixa etária, condição ambiental e/ou socioeconômica, incapacidade física e/ou mental, deficiência, privação de liberdade, pessoas moradoras de favelas, bem como povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares que usam coletivamente territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

Outro aspecto de destaque nessa fase do curso foi a formação da equipe, composta por docentes/pesquisadores(as) da UFBA, vinculados ao MJSP, em gestão compartilhada entre a Faculdade de Direito e a Escola de Administração da UFBA, reúne trajetórias de estudos e pesquisas do Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade (Lassos) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) e do Laboratório de Estudos em Violência, Saúde e Sociedade (Laviss) do Instituto de Saúde Coletiva e os núcleos: Direito e Relações Raciais; Estudos sobre Sanção Penal; Poder, Processo Penal e Democracia; e Historicidade do Estado e Direitos Humanos. Diante dos processos de ensino-aprendizagem ofertados através da educação digital, o curso foi também composto por uma Coordenação EaD.

Já os(as) mediadores(as) pedagógicos com perfil de convivência e compreensão de situações de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente inscritos na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas da universidade, assim como candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as), indígenas e LGBTQIAPN+. Essa diversidade fortalece o curso, garantindo que diferentes experiências e perspectivas estejam presentes em sua condução e contribui para a construção de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, sensível às realidades sociais e capaz de preparar profissionais atentos às necessidades das populações em situação de vulnerabilidade. Cada mediador pedagógico vinculou-se a grupos de 50 cursistas, com a responsabilidade de assegurar a qualidade do processo de aprendizagem e promoção de experiências síncronas e assíncronas mais integradas e significativas aos estudantes.

O Planejamento do Curso contribuiu na orientação da equipe e, consequentemente, na melhoria da aprendizagem do estudante, uma vez que permite antecipar desafios, organizar recursos, otimizar o uso do tempo e a tomar decisões mais eficientes, assegurando a construção de experiências de aprendizagem relevantes, estruturadas e com objetivos claros.

A equipe do curso de Pós-graduação lato sensu em Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas, por sua vez, reconhece que o planejamento do curso deve ser um caminho metodológico coerente com os objetivos da aprendizagem, contínuo e permanente. Trata-se de um processo dinâmico e flexível, que deve funcionar como um guia, mas passível de adaptações para atender às demandas tanto dos discentes quanto da equipe pedagógica.

3 DESAFIOS DAS FERRAMENTAS TÉCNICAS E SOCIAIS DO ENSINO EAD

A EaD é uma modalidade de ensino que nasce do reconhecimento de que a interação entre professores e alunos pode existir, sob novas percepções da relação tempo e espaço (Moran, 2002). Moore e Kearsley (2008) destacam que, embora a ideia de EaD seja simples, as implicações e peculiaridades que resultam do distanciamento entre professores e alunos torna a modalidade extremamente complexa e complicada, uma vez que a mesma exige técnicas especiais de criação de cursos e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

Ofertar uma formação direcionada à qualificação de docentes, discentes e mediadores pedagógicos no manejo de técnicas e metodologias EaD (Mill, 2018; Moore; Kearsley, 2008; Sales; Nonato, 2015, 2019) exigiu a construção de um itinerário formativo (Fischer, 2014). Somente deste modo, a comunidade acadêmica pode estar preparada para os desafios da modalidade, especialmente fortalecendo habilidades e competências como autonomia, organização, disciplina e uso de tecnologias educacionais.

A EaD exige técnicas especiais de criação de cursos e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais de modo a atender exigências legais e regulatórias e em esfera nacional e institucional (Moore; Kearsley, 2008; Hermida; Bonfim, 2006), a fim de oferecer diferentes oportunidades para aqueles que desejam ou precisam fazer sua formação on-line. Desta maneira, uma formação EaD foi direcionada para os discentes da especialização. Antes da oferta dos componentes curriculares obrigatórios foi realizada uma formação denominada Ambientação EaD, em que todos os estudantes tiveram a oportunidade de estudar os fundamentos da educação a distância e

conhecer o ambiente virtual da UFBA com seus recursos e ferramentas necessárias para atuação e bom desempenho no curso. Sem contar que o curso conta com o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle UFBA que permite a navegação pelas disciplinas, a consulta de cronogramas, a realização de atividades avaliativas e a utilização de todos os recursos disponíveis para acompanhamento acadêmico, incluindo fóruns de dúvidas, murais de avisos, postagens de atividades, acesso às referências bibliográficas e gravações dos momentos síncronos.

O currículo da cultura digital potencializa aos aprendizes a representação do pensamento, a comunicação e a atribuição de significados por meios de tecnologias distintas e textos de diferentes modalidades, propiciando a análise crítica da informação oriunda de fontes diversas, a produção de novas informações, a aprendizagem, a produção de conhecimentos e sua aplicação em diferentes situações (Almeida, 2016).

Os componentes curriculares são ofertados durante quatro semanas em ambiente virtual. Neste período, além da participação nas aulas síncronas ao vivo, os estudantes devem desenvolver atividades avaliativas semanais para aferição da aprendizagem. Espera-se que o acesso a recursos educacionais digitais — como vídeos, podcasts, infográficos, textos e outros materiais produzidos ou cuidadosamente selecionados —, aliado às atividades síncronas e às interações em ambientes virtuais, contribua para a criação de uma ambiência propícia à aprendizagem e à troca de experiências. Essa ambiência deve favorecer o desenvolvimento de competências essenciais à elaboração de projetos voltados à proteção de pessoas vulnerabilizadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIÇÕES APRENDIDAS NA FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Pode-se dizer que os principais resultados do processo de implantação de um curso de especialização EaD em Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas indicam a importância da promoção de uma estrutura de gestão compartilhada entre instituições de ensino superior e organizações de justiça que propiciou a ampliação do acesso a agentes da segurança pública a espaços de construção de conhecimentos, produção de estudos e pesquisa realizados por cursistas e docentes, bem como se vislumbram trabalhos de conclusão de curso baseados produtos técnicos capazes de contribuir com a atualização de políticas públicas de segurança.

Apesar do curso utilizar espaço virtual, as turmas interagem entre si e com a equipe por meio de momentos de acolhimento e escuta, troca de informações, esclarecimento de dúvidas ferramentas à distância que se destinam ao acompanhamento das atividades do curso, mas que propiciam diálogos e interações entre pessoas.

A experiência em questão indica lições importantes consolidadas, tanto a nível institucional, quanto pedagógico e administrativo. Tal aprendizado servirá de base para o aprimoramento do curso de Pós-Graduação em Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas e para o fortalecimento da atuação do Cigesp e do Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA no âmbito da Renaesp. Entre os principais aspectos a destacar, ressalta-se a relevância da diversidade e inclusão no processo de seleção de discentes e mediadores pedagógicos e a necessidade de contínua adequação às normativas nacionais da educação superior, considerando o modelo proposto e as necessidades formativas dos discentes, constatadas a partir do diálogo regular entre Coordenação Pedagógica, mediadores pedagógicos e docentes.

Do ponto de vista pedagógico, a experiência até aqui acumulada reforçou a pertinência de um modelo formativo que combina práticas síncronas e assíncronas, apoiado em metodologias ativas, curadoria de conteúdos e mediação pedagógica atenta às especificidades da educação a distância, o que inclui atenção às necessidades do corpo discente para o acompanhamento do curso. Essa abordagem não apenas fortaleceu a qualidade acadêmica, mas também favoreceu a construção de uma ambiência inclusiva, sensível às demandas de profissionais da segurança pública.

No campo da gestão, a implementação da estrutura organizacional pedagógica e administrativa revelou-se eficaz, mas também evidenciou a necessidade de aperfeiçoamento contínuo nos processos de comunicação, acompanhamento acadêmico e suporte técnico. Para fazer Gestão da EaD é preciso exercer uma visão sistêmica da modalidade (Sousa, 2012) assumindo que a EaD tem uma natureza multidimensional (Moore; Kearsley, 2008; 2013). Para os próximos ciclos de execução, espera-se a consolidação de práticas de monitoramento e avaliação mais sistemáticas, que permitam medir de forma precisa o impacto do curso tanto na trajetória acadêmica dos participantes quanto na realidade institucional e profissional em que atuam, em consonância com as diretrizes e práticas para autoavaliação dos programas de pós-graduação. Além disso, a formação continuada

de docentes e mediadores pedagógicos desponta como prioridade para garantir inovação metodológica e atualização permanente frente às questões tecnológicas e desafios observados durante a implementação do curso.

O curso também é a oportunidade de pensar juntamente com os(as) profissionais da segurança pública sobre a cidadania laboral (Minayo, Souza, Constantino, 2008), que representa garantias em termos de direitos do trabalho, bem-estar social e segurança nos ambientes, relações e processos de trabalho. Ao tratar dessa perspectiva, agentes institucionais refletem sobre a importância de estar em um curso de especialização de uma universidade pública, criam rotinas de leituras e estudos, desenvolvem a escrita, produzem conhecimento, familiarizam-se com ambientes virtuais de interação e aprendizagem, o que gera sentimentos de reconhecimento da sua condição de cidadãos(as) em contraponto à violência, a valorização, o tratamento justo e a prevenção de riscos ocupacionais por parte do Estado com esses(as) agentes pode indicar a possibilidade de maior proteção da população como um todo a partir da consolidação de valores democráticos e de práticas éticas cotidianas (Vasconcelos, 2023; Balestreri, 1998).

5 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. Currículo e narrativas digitais em tempos de ubiquidade: criação e integração em contextos de aprendizagem. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 25, n. 59/2, p. 526-546, maio/ago. 2016.
- BALESTRERI, R. B. **Direitos Humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: Paster Editora, 1998.
- BALESTRERI, R. B. Um novo paradigma de segurança pública. **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: Edufba, 2010.
- FISCHER, T. M. D. Formar Gestores Sociais para o Desenvolvimento Territorial: A Criação Artesanal de Itinerários Formativos. **Revista interdisciplinar de gestão social**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 25-38, maio/ago. 2014. Disponível em: http://www.rigs.ufba.br/pdfs/RIGS_v3_n2_art2.pdf. Acesso em: 07 set 2025.
- FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 3, n. 2, 2009.
- HERMIDA, J. F.; BONFIM, C. R. de S. **A Educação a Distância: história, concepções e perspectivas**. Revista HistedBR on-line, Campinas, 2006.

LEEDS, E. A sociedade civil e a segurança cidadã no Brasil: um relacionamento frágil, mas em evolução. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 7, n. 2, 2013.

LIMA, R. K. Direitos Cíveis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: A Formação Policial em Questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 41, p.241-256, 2003.

MILL, D. **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2018.

MINAYO, M.C.S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MINAYO, M. C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. (coordenadoras). **Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MIRAGLIA, P. “Existe uma demanda social pela violência policial”, diz pesquisadora. Entrevista com Yanilda María González. **Nexo**. 2 jul. 2017.

MORAN, J. **O que é educação a distância**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem online**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SALES, M. V. S.; NONATO, E. R. S. Educação a distância e currículo: hipertexto como perspectiva de flexibilidade e design pedagógico. **Revista e-curriculum**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 616-645, jun. 2019. ISSN 1809-3876. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/34477>. Acesso em: 14 set 2025.

SALES, M. V. S.; NONATO, E. R. S. Educação superior pública a distância na Bahia: avanços e contradições. **Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 44, p. 109-130, jul./dez. 2015.

SOUSA, J. C. **Processo de inovação na gestão de sistemas de educação a distância**. 2012. 305 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

VASCONCELOS, F. T. R. **Segurança pública como direito social** [livro eletrônico]. Uma revisão bibliográfica e conceitual (2010-2022) / Francisco Thiago Rocha Vasconcelos; coordenação de Renato Sérgio de Lima; supervisor David Marques. 1. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.